

# Lei Ordinária nº 1665/2009

## Trata sobre verba indenizatória.

Faço saber que a Câmara Municipal de Camapuã aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Publicada em 22 de dezembro de 2009

## Art. 1°. -

Fica instituída a VERBA INDENIZATÓRIA, para ressarcimento das despesas de caráter eventual que o Parlamentar utilizar-se exclusivamente nas atribuições desempenhadas no exercício do mandato, obedecidas as normas estabelecidas nesta Lei e em regulamento próprio aprovado pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

## Art. 2°. -

A Verba Indenizatória será concedida mensalmente ao Parlamentar no valor de até 100 UFERMS por Resolução . da Mesa Diretora da Câmara Municipal.

## § 1°. -

O Parlamentar deverá apresentar a Prestação de Contas do mês Anterior até o dia 30 do mês subseqüente para recebimento da parcela correspondente.

## § 2°. -

A Verba Indenizatória somente será concedida, quando houver a apresentação da Prestação de Contas do mês em referência, não sendo acumulável, não gerando qualquer direito a recebimento posterior, quando a entrega extrapolar o prazo do § 1°.

# Art. 3°. -

As despesas correspondentes a Verba Indenizatória deverão ter caráter público sendo permitidas as seguintes:

### 1 -

Locação de veiculo sem fornecimento do serviço de motorista, prestado por pessoa jurídica.

## II -

Copias reprográficas de documentos de interesse do Gabinete e não fornecidas pelo serviço da Câmara Municipal.

#### III -

Assinaturas de jornais, revistas de caráter informativo, publicações, internet.

#### IV -

Combustíveis utilizados nos limites territoriais do Município, ou fora quando a serviço, mediante comprovação da finalidade.

#### **V** -

Despesas com serviço de buffet, lanches, refrigerante, água, compatíveis com o número de servidores do Gabinete em reuniões de trabalho.

### VI -

Despesas com a instalação de Câmara Itinerante ou instalação do Gabinete em distritos, bairros, relativos a: confecção de camisetas, divulgação, publicação, locações de equipamentos lanches, refeições e outros pertinentes ao evento desde que não atendidas pela Câmara Municipal.

#### VII -

Despesas com Material de Escritório, não atendidas ou insuficientes pela Despesa de Custeio da Câmara Municipal, tais como: lápis, borracha, caneta, papel, impressos, cartuchos impressoras, material fotográfico.

### VIII -

Despesas com prestação de Serviços Eventuais por Pessoas Jurídicas, desde que compatíveis com as atribuições Legislativas dentre as quais; Gravações de vídeos, chamadas institucionais, release para divulgação em Rádio, despesas de Restaurante fora do Município desde que não atendidas por Diárias, outras pertinentes a representação Parlamentar.

### IX -

Despesas com lubrificantes, troca de óleo e lavagem de veículos a serviço do Gabinete do Parlamentar.

## **X** -

Despesas com telefonia fixa instalada no Gabinete do Parlamentar, desde que utilizada para a atividade parlamentar.

XI - Despesas com telefonia móvel.

## Art. 4°. - São vedadas as seguintes despesas:

## a) -

Com publicidade que contenha nome, imagens com características de promoção pessoal ou eleitoral de qualquer espécie, nos termos do Artigo 37 § 1° da Constituição.

# b) -

Despesas de caráter Assistencial com distribuição de Gêneros Alimentícios, Medicamentos, Consultas, Passagens, Exames Médicos e Laboratoriais, emissão de documentos, transportes de passageiros ou qualquer outro serviço ou material assistencial não relacionado.

c) -

Despesas com pessoal, remuneratória, encargos patronais, gratificações; ou Prestação de Serviços por Pessoa Jurídica, Diária, qualquer outros serviços de caráter remuneratório ou indenizatório.

d) -

Despesas pagas a empresa em que o sócio proprietário, controlador ou diretor seja cônjuge, companheiro/a ou perante consanguíneo ou afim até o terceiro grau do parlamentar.

- Art. 5°. A comprovação da Verba Indenizatória dar-se-á através das seguintes condições:
- a Relação das despesas em formulário conforme anexo I.

**b** -

Apresentação de Notas Fiscais, Cupom Fiscal, compatíveis com a natureza da operação e ainda:

- 1 Que o documento Fiscal seja apresentado a 1º VIA em nome do Parlamentar.
- 2 -

Que a validade fiscal esteja na vigência na data da emissão.

3 -

Que os o documentos sejam atestados pelo Gabinete ou pelo Parlamentar como "aplicados no exercício da função ".

4 -

Que estejam sem rasuras principalmente no campo da data, valor unitário, valor total.

- **5 -** Que estejam devidamente preenchidos os campos: nome, data, quantitativo, preço unitário, valor total.
- Art. 6°. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

\_

## ANEXO I

Requerimento de Reembolso de Despesas Realizadas em Razão da

Atividade Parlamentar.

**Vereador:** 

Matricula:

Referência /20

À Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Nos termos da I	Lei n° (	de s	olicito o ree	mbolso d	e despesa	s realizadas e	m razão de	
atividade ineren	te ao exerc	ício do man	dato parlam	entar, esp	pecificadas	no Quadro D	emonstrativo	
do mês	/20	, integrante	deste reque	erimento.				
Para tanto,assur autenticidade e   foram realizadas	pela legitim	idade da do	cumentação	apresent	ada e ATES	STO que todas	as despesas	
			de	de 20		, 3		
			ue	ue 20	П			
			(Veread	or)				
			(Vereau	OI )				
-								
			ANEXO	H				
RELAÇÃO DE DESPESAS - VERBA INDENIZATÓRIA.								
NOME:								
MÊS:	ANO:							
	Doc. Fiscal			Descri	ção / Aplica	acão		
Data	N°	N/F C.F	Valor	Descri	gao / Aplici	uçuo		
Duta	<u>I</u>	<u>l</u>	T aloi	<u> </u>				

1-Total R\$				
2- Valor Indenizável R\$				
3- Valor não Inde	enizável R\$			
			•	

NF- Nota Fiscal - CF= Cupom Fiscal.

/ /

(Vereador)

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Camapuã, 22 de dezembro de 2009.

Marcelo Pimentel Duailibi

Prefeito Municipal